

A. I. Nº - 926255-5/03
AUTUADO - ELIZÂNGELA CARDOSO DA SILVA
AUTUANTE - LAUDIONOR BRASIL PEDRAL SAMPAIO
ORIGEM - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA
INTERNET - 26/05/2003

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0169-03/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DO DOCUMENTO FISCAL CORRESPONDENTE. DENÚNCIA FISCAL. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. A denúncia fiscal efetuada por consumidor não é, por si só, prova de cometimento da acusação. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 08/02/2003, exige o pagamento da multa no valor de R\$ 600,00 em decorrência da realização de operação de venda de mercadoria sem emissão de documento fiscal, conforme Denúncia Fiscal – Declaração de compra anexa.

O autuado ingressa com defesa, fls. 07 a 08, e alega que a autuação é totalmente desprovida de suporte legal, haja vista que a denúncia fiscal em momento algum faz prova de que realizou vendas de mercadorias sem emissão de documento fiscal, pois a única finalidade foi prejudicar os seus negócios. Apresenta a nota fiscal nº 698, datada de 05/02/2003, para elidir a acusação. Requer a improcedência do Auto de Infração.

Auditor fiscal designado, presta informação fiscal, fl. 14, e entende que assiste razão ao autuado, pois embora a cópia da nota fiscal apresentada à fl. 09, não sirva como contestação deste tipo de infração, a denúncia apresentada não é documento hábil para comprovar o ilícito fiscal, servindo apenas para guiar o preposto fiscal ao estabelecimento do suposto infrator, na obtenção de provas, como a realização de uma auditoria de caixa, onde fique comprovada tal infração. Entendimento diverso acarretaria insegurança entre os comerciantes e sua vulnerabilidade diante de clientes e concorrentes insatisfeitos, não sendo esta, a finalidade da fiscalização estadual.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração no qual foi aplicada a multa de R\$ 600,00 pelo fato do autuado ter realizado operações de saídas de 38 sacos de farinha de trigo sem a emissão de documento fiscal.

No caso em tela, é importante observar que a autuação está embasada, unicamente, em uma denúncia fiscal (fl. 2). Sem dúvida, tal documento é um indício de cometimento da infração denunciada. Entretanto, essa acusação carece de outras comprovações que atestem a efetiva ocorrência do fato, tais como: auditoria de “caixa”, levantamento quantitativo de estoques, ou mesmo uma confirmação testemunhal. Esse entendimento é fortalecido pela auditora fiscal que prestou a informação fiscal, quando ela afirma que “... a denúncia apresentada à fl. 02, não é

documento hábil para comprovar o ilícito fiscal, servindo apenas para guiar o preposto fiscal ao estabelecimento do suposto infrator, na obtenção de provas...”.

Ante a ausência, nos autos, de elementos que comprovem a efetiva saída de mercadoria desacompanhada da documentação fiscal devida, entendo que a infração não ficou caracterizada.

Pelo acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **926255-5/03**, lavrado contra **ELIZÂNGELA CARDOSO DA SILVA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de maio de 2003

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR